

VIVA AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS!:
DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA LUSO-BRASILEIRA DE LETRAS EM 20 DE MARÇO DE 2007
Marcelo Henriques de Brito

Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco dos Santos Amaral Neto, Presidente desta prestigiosa Academia Luso-Brasileira de Letras, agradeço a presença das autoridades e das personalidades que compõem a mesa de honra, assim como dos acadêmicos presentes a esta cerimônia. Saúdo carinhosamente a acadêmica Marita Vinelli, que empregou termos mui generosos sobre a minha pessoa no seu discurso de recepção. Espero corresponder às expectativas depositadas em mim pela diretoria e pelos acadêmicos, quando decidiram me honrar com o convite para ingressar nesta Academia internacional. Sinto-me igualmente muito lisonjeado pela vinda de meu pai, minha esposa, parentes, amigos e pessoas com apreço por esta Academia com as quais espero estar compartilhando este momento de intensa alegria.

Quis o destino me conceder o privilégio de ocupar a cadeira número 50, Patronímica do imortal Silvio Romero, precursor da crítica literária no Brasil com a sua monumental obra “História da Literatura Brasileira”, publicada em 1888. No mesmo ano em que a abolição da escravatura alterou a estrutura social, econômica e política do país, Silvio Romero iniciou uma profunda influência na produção intelectual brasileira. Assim, vou inicialmente discursar sobre a importância das idéias do imortal Silvio Romero, um luso-descendente. Em seguida, convido todos a tomarem conhecimento das realizações do teuto-descendente, Geraldo Halfeld, meu antecessor nesta cadeira. Considerando o perfil internacional de ambos e a projeção desta Academia, permito-me tecer algumas idéias sobre Brasil, Portugal e as relações luso-brasileiras.

Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, filho do comerciante português André Ramos Romero e de sua esposa Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Na cidade natal iniciou os estudos primários. cursou a Faculdade de Direito do Recife. Ainda estudante, teve uma atuação jornalística na imprensa pernambucana. Quando se formou, exerceu a promotoria em Estância e, posteriormente, elegeu-se deputado à Assembléia Provincial de Sergipe, mas renunciou para, em seguida, vir para o Rio de Janeiro. Foi professor concursado da cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II e integrou o corpo docente da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Construiu, outrossim, uma reputação de pesquisador sério e minucioso, atento tanto para o contexto sociológico do autor e da obra quanto para a brasilidade. Seu livro “Cantos Populares do Brasil” foi considerado “o primeiro documentário da literatura oral brasileira” por Luís da Câmara Cascudo, eminente historiador, folclorista e antropólogo brasileiro. Ressalte-se que o luso-descendente Silvio Romero viajou a Lisboa em 1883 para divulgar o trabalho, logo após seu lançamento no Brasil, o que sem dúvida contribuiu para o fomento das relações luso-brasileiras.

O patrono da cadeira 50 nesta Academia ficou igualmente conhecido por suas fortes convicções e prazer em defender suas idéias com argumentos sólidos. Não temeu polemizar diante da Congregação da Faculdade de Direito do Recife para, em seguida, abandonar a defesa de sua tese de doutorado. Tampouco teve medo de discordar de intelectuais consagrados como José Veríssimo e até mesmo Machado de Assis, ao lado de quem fundaria, em 1897, a Academia Brasileira de Letras, onde, em 18 de dezembro de 1906, com um discurso polêmico, recepcionaria Euclides da Cunha, que publicara “Os Sertões”, uma obra esclarecedora sobre a Guerra de Canudos.

Reverenciemos a persistência de Silvio Romero no caminho do sucesso. Se não foram bem recebidos dois livros de poesia, publicados em 1878 e 1883, ele percebeu, entretanto, seu talento para pesquisar e escrever sobre literatura e cultura brasileira, ainda que reconhecesse, em texto sobre a função da crítica, que seu trabalho não seria fácil: “Não deixa de ser coisa perigosa o publicar neste país um livro de crítica. Além da falta absoluta que existe aqui desta ciência e disciplina de espírito, acresce que os nossos leitores, grandes e pequenos, como bons burgueses, estão tranqüilíssimos com tudo quanto os cerca, e repelem soberbamente aquilo que os possa perturbar”¹. Todavia, Silvio Romero foi muito elogiado, inclusive por “adversários”, pelo livro “História da Literatura Brasileira”, de 1888, aprofundando trabalho que Joaquim Norberto de Souza

e Silva publicara em capítulos, entre 1852 e 1860, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Escreveu Silvio Romero sobre Joaquim Norberto, também autor da obra “Conjuração Mineira” (1873) e presidente do IHGB de 1886 até sua morte em 1891, perto de completar 71 anos: “Hoje é impossível escrever a história, principalmente a história literária do Brasil, sem recorrer às publicações deste laborioso escritor. É que existem certas averiguações, especialmente na história da literatura, que pertencem de direito a Joaquim Norberto”². Só grandes personalidades são capazes de discorrer dessa forma sobre os méritos de colegas sem se sentirem ofuscados, o que reforça a grandeza de Silvio Romero, que, em 1905, se tornou membro do IHGB, cuja sede está neste prédio, onde também se reúne a Academia Luso-Brasileira de Letras.

Afora o interesse pela literatura e pela cultura popular brasileira, Silvio Romero foi um notório militante político, colhendo sucessos e amargando derrotas eleitorais, numa época de crescente desprestígio da monarquia parlamentarista e progressiva admiração pela república presidencialista. Ele não era mais um a rejeitar completamente o passado no processo de construir o futuro. Silvio Romero defendia incisivamente a instituição de uma república parlamentar, e enviou uma carta a Rui Barbosa registrando doze desvantagens do presidencialismo, entre as quais cito: “por falta de cenário, de discussão, de luta das idéias, é um regime apropriado a elevar e manter no poder indivíduos medíocres, apenas hábeis em curvar a espinha aos caprichos do presidente” ou ainda “não tendo necessidade senão de poucos agentes, não tendo que dar satisfação às grandes correntes da opinião representadas nas assembléias, é próprio para manter-se pela corrupção, contra a vontade do país”³. Tais afirmações atemporais resultaram de um intelectual que é considerado o precursor da sociologia brasileira⁴ e que não esquecia a individualidade, que, nas palavras de Silvio Romero, é “um fator primordial, um núcleo indispensável, uma força viva, um centro de energia”, e que se sobrepõe ao meio, à raça e ao momento, ao avaliar uma obra artística e literária.

Foi igualmente intensa a vida particular de Silvio Romero, que se casou pela terceira vez em 1894 com a Sra. Maria Pereira Barreto, após ter ficado viúvo duas vezes: em 1892, da Sra. Maria da Rocha Liberato, e antes, em 1885, da Sra. Clarinda Diamantina Correia de Araújo. Esses casamentos lhe deram vários filhos. Em 1900, problemas de saúde levaram Silvio Romero a buscar tratamento em Portugal e na França. Na Europa permaneceu três meses. Onze anos depois, em 1911, após contrair tuberculose, foi viver em Juiz de Fora. Lá, continuou a escrever textos políticos polêmicos, assim como contribuiu para fundar a Faculdade de Direito naquela cidade mineira, onde não pôde permanecer por muito tempo. Voltou para o Rio de Janeiro, vindo a falecer em 1914, aos 63 anos, no dia 18 de julho, mês no qual afloraram na Europa as tensões decorrentes do assassinato, em 28 de junho, do arquiduque Francisco Ferdinando, do Império Austro-Húngaro. Silvio Romero não veria o início dos sangrentos combates da primeira guerra mundial em agosto de 1914.

Praticamente um mês depois do armistício de 11 de novembro de 1918, que encerrou a Primeira Guerra Mundial, nasce, em 18 de dezembro de 1918, em Piau, Minas Gerais, Geraldo Halfeld, meu antecessor na cadeira 50 desta prestigiosa Academia Luso-Brasileira de Letras. Enquanto a duração da sangrenta guerra na Europa separa o falecimento de Silvio Romero do nascimento de Geraldo Halfeld, o interesse em empreender atividades no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora une essas duas personalidades, como veremos a seguir.

O odontologista, médico, farmacêutico e professor titular, Geraldo Halfeld, exerceu ainda outras profissões durante sua impressionante trajetória profissional, iniciada de forma muito humilde. Órfão de pai com quatro anos incompletos e enfrentando muitas dificuldades financeiras, Geraldo Halfeld empreendeu notáveis projetos pessoais, profissionais e empresariais. Cito algumas realizações. Casou-se com a Sra. Cléa, que, além de cuidar do lar e de criar os quatro filhos, ajudou o marido a cumprir muitos compromissos profissionais. Como executivo, Geraldo Halfeld fez uma bela carreira na Bayer, iniciada como office-boy e concluída na presidência de uma das empresas do grupo. Um notável feito de Geraldo Halfeld foi o lançamento pioneiro no Brasil, em 1943, de uma resina acrílica para dentes, além de ter a disposição para ensinar assuntos variados, como odontologia e economia, tanto como professor universitário concursado da Universidade Federal de Juiz de Fora, quanto como membro efetivo do quadro de professores da Escola Superior de Guerra (ESG). Ademais, compartilhou seu vasto conhecimento interdisciplinar ao escrever livros e artigos

científicos, inclusive uma monografia que o habilitou a entrar na Academia Nacional de Medicina. Não menos importante, organizou inúmeros eventos e congressos, sendo, por exemplo, um marco importante a edição, em 1984, do livro “Ciência e Tecnologia”, gerado a partir de conferências durante sua presidência na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Sua gestão foi coroada com a realização da Convenção Nacional da ADESG em 1985.

O empresário Geraldo Halfeld trabalhou tanto para a cidade de Juiz de Fora, que o prefeito decretou luto oficial de três dias por ocasião de seu falecimento aos 87 anos. Tal gesto veio a se somar às inúmeras homenagens recebidas em vida, tais como: convites para ser membro de várias academias científicas e literárias, assim como condecorações com as principais Medalhas Militares do Brasil (EMFA - Marinha - Exército - Aeronáutica - ESG), com a Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional e com a Medalha Grande Cruz do Mérito da República Federal da Alemanha (“Das Grosse Verdienstkreuz”). Esta honraria merece uma reflexão: por que o brasileiro Geraldo Halfeld teria um apreço pela Alemanha e pela cultura do seu povo a ponto de conquistar a mais alta condecoração do governo alemão? Como escreveu Ailton Alves em uma biografia autorizada, Geraldo Halfeld “sempre foi muito amigo, apaixonado, um fanático, sem exagero, pela Alemanha”⁵. Parece fácil explicar tamanho apreço pela Alemanha, observando que Geraldo Halfeld era descendente do alemão naturalizado brasileiro, Henrique Guilherme Fernando Halfeld, que, aliás, é considerado o fundador da cidade de Juiz de Fora, onde Geraldo Halfeld cresceu e construiu a sua vida profissional. Pode, entretanto, passar despercebido que o apreço visceral por um país e uma cidade foi transmitido de um bisavô para seu bisneto, o que exemplifica a possibilidade de afinidades culturais perpassarem gerações. Adicionalmente, a personalidade global de ambos - bisavô e bisneto - aproximou países fisicamente tão distantes e favoreceu atuações comunitárias.

É igualmente compreensível que Geraldo Halfeld tenha se envolvido com a cultura lusíada. Vários brasileiros e portugueses aprendem alemão com satisfação, e dominam este idioma e seus dialetos com mais facilidade do que muitos outros europeus, como pude constatar quando vivi por cinco anos e meio na Suíça. Acrescento que a musicalidade do idioma português auxilia muito os lusófonos que desejam aprender novos idiomas, pois estão acostumados a extrair fonemas da garganta até o nariz. Meu próprio nome: Marcelo, “brota” com um R na garganta e freqüentemente aflora, nasalado, na sílaba LO.

Geraldo Halfeld era capaz de se comunicar com total fluência em português e alemão e usou esse talento tanto profissionalmente quanto para divulgar o Brasil na Alemanha. Além de serem visíveis os fortes laços entre o Brasil e a Alemanha, costumam ser profícuas as relações luso-germânicas. Cito o atual convívio do português José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Européia, com a chanceler alemã, Angela Merkel, na Presidência do Conselho da União Européia, cargo que será ocupado por Portugal no segundo semestre de 2007. Ademais, caberá a Portugal, após seis meses, transmitir essa Presidência à Eslovênia, sendo que os três países têm anunciado a importância de uma continuidade no exercício da Presidência da União Européia.

Neste mês de março de 2007, a União Européia comemora cinquenta anos da assinatura do Tratado de Roma, que, em 25 de Março de 1957, uniu várias nações européias num ambiente de liberdade e prosperidade, com respeito às inúmeras diferenças culturais. Esse êxito da União Européia é importante para o mundo, pois demonstra ser possível reunir pessoas com culturas diferentes num ambiente pacífico e democrático. Acrescento que o projeto europeu amplia o exemplo secular da união na Suíça, cuja população não tem um único idioma nem uma única religião. Conheço ainda um outro país que tem conseguido se manter unido, transpondo séculos, mesmo após constantemente receber influências culturais de vários povos, acolher migrantes de muitos países, e passar por sérios desafios econômicos. Refiro-me ao Brasil. É mister observar o processo de miscigenação que ocorre neste país, fascinando inúmeros intelectuais, tal como Silvio Romero, patrono da cadeira 50 nesta prestigiosa Academia Luso-Brasileira de Letras.

Os brasileiros têm em geral demonstrado que é possível agregar culturas, ao invés de julgar ser necessário substituir uma pela outra, o que levaria um imigrante estrangeiro a reprimir suas emoções e adotar posturas incoerentes com o seu passado familiar. Foram raros e passageiros os momentos em que ocorreram no Brasil, de forma ostensiva e sistemática, perseguições culturais. Na

realidade, até existem brasileiros capazes de segregarem pessoas de um grupo cultural e, sobretudo, social diferente, por meio do desdém ou da ironia, mas raramente recorrem a insultos violentos e/ou a agressões físicas, como lamentável e freqüentemente acontece em outras regiões no mundo. Pelo fato do preconceito e da rejeição eventualmente serem mais brandos aqui, aliado à forte inclinação do brasileiro para o exercício da simpatia, aumentam as possibilidades de uma reconciliação ou de um acordo para uma convivência agradável, ainda que esporadicamente “aos trancos e barrancos”. Esta forma de miscigenação contínua constrói, de forma criativa, um jeito especial de viver.

Aqueles que aceitam este processo dinâmico de construção sociocultural talvez se identifiquem como sendo brasileiros. Assim, a identidade dos brasileiros possivelmente não poderá ser descrita de forma estática, pois está num processo “destribalizando índios, desafricanizando negros e deseuropeizando brancos”⁶, como fraseou Darcy Ribeiro - mineiro como Geraldo Halfeld - no livro “O Povo Brasileiro”, de 1995, e como já fora registrado um século antes pelo luso-descendente sergipano, Silvio Romero, na monumental obra de 1888, quando o assunto ainda era controverso: “É claro que se o português não sofresse aqui influência nenhuma estranha, o Brasil seria a reprodução de Portugal. O brasileiro mostra-se, porém, diferenciado do português. Qual a razão? Por efeitos do meio físico principalmente, diz o Dr. Araripe. Por efeito principalmente das raças com que ele tem cruzado, digo eu, e parece-me que mais acertadamente”⁷, concluiu Silvio Romero.

Não creio que os portugueses tiveram a intenção de implementar um sistema que gerasse um povo caracterizado por sua maleabilidade para aceitar mudanças e influências externas. Arrisco-me, entretanto, a afirmar que o resultado exemplifica uma característica muito portuguesa: o “desenrascanço”. Esta palavra é estranha a brasileiros, sequer consta de vários dicionários no Brasil, embora seja muito conhecida em Portugal. Sempre que explico o que significa “desenrascanço” penso que estou a revelar um segredo lusitano, nomeadamente a habilidade para resolver eficazmente um problema numa situação adversa, sem temer a criação de soluções inusitadas, ao não dispor de meios adequados ou tradicionais. Ora pois, os portugueses tinham o aparentemente intransponível problema de ocupar uma grande área com um pequeno número de homens portugueses e raríssimas mulheres. A solução era não temer as diferentes formas de mestiçagem: mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios), ou cafuzos (negros com índios). Todavia, foi imprescindível apresentar o idioma de Camões como uma ferramenta de comunicação para ser usada por brancos, negros, índios e seus descendentes. A bela língua portuguesa conseguiu se sobrepor aos inúmeros dialetos indígenas e àqueles trazidos pelos escravos africanos, ainda que “no Brasil fala-se português com açúcar”, como observou Eça de Queirós. Será que o povo de cá reteve na boca o sabor dos doces de lá, onde se mistura ovos e açúcar de forma divina?

A “mundialização” do idioma e da cultura lusitana a partir do século XV foi possível porque o destemido D. Afonso Henriques - reconhecido como primeiro rei de Portugal em 23 de maio de 1179 pela bula “Manifestis Probatum” do Papa Alexandre III - legou um território, no qual “Os Lusíadas” enraizaram uma identidade e sistematizaram as regras de um idioma, ao longo de praticamente 300 anos. Luís Vaz de Camões cantou o resultado, que foi evidenciado quando morreu o rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir, em 1578, sem deixar herdeiros. O pavor português de ser anexado à Espanha e, conseqüentemente, perder sua identidade, fez o povo negar todas as evidências da morte do seu rei e continuar convicto de que o monarca voltaria para afastar os estrangeiros. Aparentemente, era comum o povo visitar o Alto de Santa Catarina, em Lisboa, na esperança de receber o rei, mas o povo ficava “a ver navios”. Longe de ser uma neurose coletiva, a chamada “doença do sebastianismo” foi, sim, uma contundente demonstração de civismo. Pouco antes de morrer em 1580, às vésperas do início da inevitável União Ibérica, o grande Camões teria escrito em carta a Dom Francisco de Almeida: “Acabarei à vida e verão todos que fui tão afeiçoado à minha Pátria que não me contentei em morrer junto com ela”. T tamanha reação popular obrigou o rei espanhol, Filipe II, a aceitar várias condições favoráveis ao povo português para poder reinar. A União Ibérica consolidou uma expressão do pai de Filipe II, o rei Carlos V, que se gabava de possuir “um reino onde o sol nunca se punha”.

Acontece que a identidade portuguesa era tão forte, e a Espanha ficou tão enfraquecida pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que o Duque de Bragança conseguiu restaurar a

independência de Portugal em 1º de dezembro de 1640. O fato da união ter encerrado após 60 anos de dominação espanhola revela que o espírito de independência foi transmitido através de gerações. A fim de preservar o território e, conseqüentemente, a identidade do seu povo, Portugal julgou que era necessário reforçar uma aliança com a Inglaterra, que já iniciara em 16 de junho de 1373, sendo ratificada em 9 de maio de 1386 pelo Tratado de Windsor, considerado o acordo diplomático mais antigo no mundo, ainda em vigor. Nesse contexto, foi firmado o Tratado de 1642, ocorreu o casamento do rei inglês Carlos II com D.Catarina de Bragança em 1661 e realizou-se o Tratado de Methuen de 27 de dezembro de 1703, cujos resultados foram usados pelo inglês David Ricardo para defender, em livro publicado em 1817, a polêmica tese das “vantagens comparativas” no comércio exterior. Mesmo que Methuen possa ter prejudicado ou retardado o desenvolvimento de manufaturas portuguesas, aquele tratado deve também ser avaliado pelo princípio liberal de que países com atividades comerciais não entram em conflito para não prejudicar os negócios, além de um país liberal não ter interesse em impor ao outro suas leis, seu idioma, sua religião, sua cultura e seu modo de ser. A Aliança Luso-Britânica acenava paz aos portugueses.

Ocorreu, entretanto, uma terrível desgraça aproximadamente 50 anos depois. Numa bela manhã ensolarada de sábado, 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos, um terremoto, seguido de um maremoto, destruiu Lisboa, a capital de Portugal. Naquele pequeno país na Europa ocorria uma grande tragédia, que é constantemente lembrada, até os dias de hoje, dada a dimensão da “experiência traumática”, conforme analisou a Professora Helena Carvalhão Buescu, da Universidade de Lisboa, em artigo publicado em 2006 na revista do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro⁸. Ainda se fala muito sobre o evento e não é para menos.

Proponho a seguinte reflexão: Se o terrível atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, que derrubou dois arranha-céus em Nova York, abalou o moral dos norte-americanos, quais devem ter sido os sentimentos dos portugueses após perceberem que sua cidade mais importante foi inteiramente devastada por um evento, cuja ocorrência não se pôde atribuir a “culpados”? E mais: se depois de 11 de setembro é doloroso ver Nova York sem suas torres gêmeas, como terá sido ver Lisboa sem todo um conjunto de construções anteriores a 1º de Novembro de 1755? O desaparecimento de edificações simples e monumentos suntuosos descaracterizou Lisboa. Era essencial direcionar, o mais rápido possível, todos os esforços para reconstruir a identidade da capital do Império Português, apesar do choque diante de tanto escombros e ruínas.

Sem vacilar, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, executou um impressionante trabalho de reconstrução e empreendeu inúmeras reformas, entre as quais a polêmica proibição em 1758 do ensino e uso do idioma tupi em todo o território brasileiro, que, contudo, deu ao Brasil uma impressionante e inusitada unidade lingüística, que não existe em outros países da América Latina, por pequenos que sejam. Em 1777, o Marquês de Pombal perde a influência com a morte de D.José I, avô de um dos maiores estadistas portugueses, D. João VI.

Embora já tivesse poder desde 1792, D.João VI assumiu a regência no ano de 1799, quando sua mãe, D.Maria I, foi considerada mentalmente incapaz, e no mesmo ano em que Napoleão Bonaparte deu um golpe de Estado e concentrou todo o poder. Com o apoio de Napoleão, tropas espanholas iniciaram em 1801 uma ocupação política e cultural da região de Olivença, que dura indefinidamente. Quatro anos mais tarde, em 1805, na famosa Batalha de Trafalgar, a esquadra inglesa, comandada pelo grande estrategista Almirante Nelson, derrotou uma poderosa esquadra franco-espanhola ao largo do cabo Trafalgar, no sul da Espanha, não tão distante de Portugal, que se recusaria a cumprir o Bloqueio Continental à Inglaterra. Era óbvio que, mais cedo ou mais tarde, todo o território português seria invadido. Tampouco era infundado o medo português de perder sua identidade, considerando tanto a lembrança do que ocorrera durante a União Ibérica, quanto o esforço que estava sendo feito para substituir o idioma português pelo castelhano na região de Olivença, cujo nome os portugueses tinham usado para também designar um belo local na região de Ilhéus, no Brasil. O que D. João VI deveria fazer?

Como expôs a Professora Maria do Rosário Themudo Barata, da Universidade de Lisboa: “A opção de D.João ... de embarcar com toda a corte e rumar em direção ao Brasil, efetivando um plano apresentado e discutido perante as dificuldades políticas portuguesas desde, pelo menos, a

Restauração de 1640, teve o pleno sentido da defesa da soberania, correspondeu a uma opção responsável preparada com anterioridade e prova, uma vez mais, a importância que o reino de Portugal atribuiu à dimensão marítima do seu viver coletivo, na Idade Moderna”⁹. Assim, em novembro de 1807, a família real embarcou para o Brasil, que afinal fazia parte do território português, e, após invadir Portugal, a coalizão franco-espanhola liderada pelo Marechal Junot ficaria “a ver navios”. Entre as preciosidades trazidas por D. João VI para o Brasil estavam sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, que formariam o acervo da Real Biblioteca, embrião da Biblioteca Nacional, que, atualmente, é considerada pela UNESCO a oitava biblioteca nacional do mundo e a maior biblioteca da América Latina¹⁰.

Na segurança do Rio de Janeiro, D. João VI preparava a reação. Em agosto de 1808, tropas britânicas desembarcaram em Portugal e, junto com o exército e o povo português, iriam obter uma série de vitórias contra as sucessivas invasões de Napoleão em Portugal. Já em janeiro de 1809, tropas equipadas por D. João VI, com apoio da marinha inglesa, conquistaram a Guiana Francesa. Em troca do apoio inglês, em janeiro de 1808, D. João VI abria os portos às nações amigas, isto é, à Inglaterra, que, até 1816, ainda se beneficiou de taxas alfandegárias menores do que aquelas cobradas dos portugueses. A súbita abertura do mercado brasileiro ampliou tanto as exportações britânicas que contribuiu para uma crise financeira no Reino Unido, com auge especulativo em 1809, até o clímax das falências em janeiro de 1811, conforme relatou Charles Kindleberger¹¹. Por outro lado, o governo português teve uma grave crise fiscal e, como descreveu o Professor José Tengarrinha, da Universidade de Lisboa, “em maio de 1809 mostrava-se que todas as rendas do Estado não chegavam, então, a satisfazer sequer as despesas militares”¹². Ademais, portugueses da metrópole, inconformados com a perda do mercado brasileiro e com a monarquia absolutista, rebelaram-se. eclodiu a Revolução do Porto de 1820, que tanto iria forçar o retorno da família real quanto iria precipitar a independência do Brasil, que, para os brasileiros, ocorreu em 7 de setembro de 1822 e que foi consolidada pelo Tratado de Amizade de 29 de agosto de 1825.

Enquanto Portugal iniciava o turbulento século XIX com uma série de dificuldades, as circunstâncias favoreciam a Inglaterra, que estava em melhores condições para liderar a Revolução Industrial e ser uma potência, “um reino onde o sol nunca se punha”, expressão que os portugueses poderiam bradar trezentos anos antes. Com poucos recursos, os portugueses tinham construído e estavam a administrar um grande império mundial. Todavia, escrevi no livro “Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política” que: “o esforço para conservar a riqueza conquistada aumenta quanto maior for a riqueza acumulada. As dificuldades crescem com o tamanho, tal como dizia minha avó paterna portuguesa, Maria Henriques de Brito, ao citar um provérbio português ‘maior a nau, maior a tempestade’. O esforço para construir uma nau maior para suportar uma tempestade mais forte não impede, contudo, que uma tempestade desestabilize a nau”¹³. E relembro as violentas tempestades na história de Portugal no período entre 1578 e 1825, menos 250 anos: a perda da independência por sessenta anos durante a União Ibérica; a necessidade de fazer acordos para preservar a integridade territorial e a identidade nacional; a devastação de Lisboa por um terrível terremoto; uma implacável invasão franco-espanhola; e a inesperada e súbita perda do Brasil.

Apesar de tantos reveses, não se abateram os portugueses, que, na época da independência do Brasil, eram aproximadamente três milhões. Eles iriam empreender a construção de uma grande área na África, unindo Angola e Moçambique, o chamado Mapa Cor de Rosa. Este empreendimento teve de parar em 11 de janeiro de 1890, diante do chamado “Ultimato Britânico”. A superpotência da época ousou contrariar o seu aliado, porque tinha o indiscutível apoio de outros países europeus, com mais população e território e, possivelmente, com receio da garra dos portugueses.

Em reação à inevitável capitulação em África, os portugueses adotaram como seu Hino Nacional uma canção que os inspira a lutar pelo esplendor de Portugal: “Entre as brumas da memória / Ó Pátria / sente-se a voz / Dos teus egrégios avós / Que há-de guiar-te à vitória!”¹⁴.

... E muitos portugueses continuaram a lutar e obtiveram conquistas memoráveis em diferentes áreas, como o médico Egas Moniz, Prêmio Nobel de Medicina de 1949, e o escritor José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura de 1998. Cito ainda o engenheiro Manuel Rocha, internacionalmente respeitado, um dos fundadores, em 1946, do importante Laboratório Nacional de Engenharia Civil,

em Lisboa. Essa instituição foi pioneira no projeto grandes de barragens, com formato curvo e espessura fina, além de ter estudado o alargamento da praia de Copacabana, conforme me contou o meu pai, Afonso Henriques de Brito, o qual, na qualidade de diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estabeleceu um convênio pioneiro com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, então dirigido por Manuel Rocha. Esse professor encantou minha mãe, Eliana, ao falar com simplicidade e serenidade: “O normal da vida é a dificuldade”.

Esta frase e a forma como foi dita revelam bem a personalidade dos portugueses¹⁵. Apesar dos obstáculos, encontram forças para trabalhar e viver muito, ainda que, em geral, não demonstrem de forma expansiva os sentimentos, como fazem muitos brasileiros. Assim, um pode complementar o outro e gerar um resultado maravilhoso, tal como o conseguido pelo treinador Luis Felipe Scolari e os jogadores da Seleção Portuguesa, que foi eleita, no portal da FIFA, como a seleção de futebol mais empolgante da Copa do Mundo de 2006¹⁶. Ademais, o brasileiro “Felipão” fez os portugueses colocarem bandeiras de Portugal nas janelas e demonstrarem um saudável orgulho patriótico.

Temos aí mais um exemplo de que brasileiros e portugueses comungam uma singular cidadania luso-brasileira, tanto por compartilharem um passado entrelaçado quanto pelo intercâmbio de inúmeros emigrantes que colaboram para estreitar os laços entre os países. Louvemos as leis e os acordos luso-brasileiros que permitem o livre trânsito e a residência de naturais dos dois países, em especial a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, assim como a possibilidade da dupla-cidadania.

Permitir que uma mesma pessoa possa, de forma transparente, expressar seu interesse e afeto por mais de um país ou nação, sem ser considerado “traidor da pátria”, foi uma das principais conquistas oriundas da globalização a partir do final do século XX. Se é um absurdo fazer um filho preferir o pai à mãe ou ainda preferir a família paterna à materna, o que inclui a cultura dos ascendentes, era injusto forçar alguém a optar por uma cidadania quando os seus progenitores não possuíam a mesma nacionalidade de origem. Adicionalmente, sequer se deveria induzir um imigrante a preferir o país de acolhimento ao país de origem, pois a emigração pôde não ter sido uma escolha e, sim, uma contingência do destino, como, por exemplo, reconheceu o Padre Antônio Vieira ao afirmar: “o português tem um palmo de terra para nascer e o mundo inteiro para morrer”.

Ao longo da vida, um indivíduo para se adaptar a uma vida futura não precisa renegar a sua vida pregressa, da mesma forma que para adquirir novos conhecimentos não é preciso esquecer o que se aprendeu. Contribuem para o progresso do país de acolhimento e para a concórdia entre os povos tanto a experiência anterior quanto a vontade de trabalhar e empreender dos imigrantes, que não podem ter atitudes ostensivas que constringam ou menosprezem a população no país de acolhimento. Por outro lado, é preciso ser tolerante com os imigrantes e valorizar um intercâmbio.

As trocas comerciais e culturais luso-brasileiras seriam ainda mais favorecidas com a efetivação do acordo ortográfico da língua portuguesa, que está aberto à assinatura dos outros países de língua portuguesa. Seria excelente concluir logo esse processo que vem se desenvolvendo desde meados do século XX, como detalhou o diplomata português José Calvet de Magalhães, em livro prefaciado pelo diplomata brasileiro Celso Lafer¹⁷. O acordo ortográfico deverá contribuir para que a língua portuguesa seja um idioma oficial da ONU, o que beneficiará muito um grande número de pessoas dispersas pelo mundo que estão a viver em países lusófonos ou em comunidades de imigrantes que falam a língua portuguesa.

Finalizando, reitero o que expus no artigo “Brava Herança Lusitana” que foi publicado em 10 de Junho de 2005, Dia de Portugal, Dia de Camões e Dia das Comunidades Portuguesas. “Os brasileiros têm motivos para cultivar relacionamentos sólidos com a Comunidade Portuguesa, com a qual devem ser desenvolvidas relações políticas e econômicas de forma a zelar por uma identidade, pois como já exprimiu Fernando Pessoa: ‘Minha pátria é minha língua’ ”¹⁸. Diante de tudo que foi exposto, peço que ouçam o brado retumbante de um brioso cidadão luso-brasileiro: Viva o Brasil! Viva Portugal! Viva a Academia Luso-Brasileira de Letras! Obrigado.

Rio de Janeiro, Brasil, 20 de março de 2007

Notas:

- ¹ ROMERO, Silvio; “Introdução, A literatura brasileira e a crítica moderna. Ensaio de generalização”, 1880, publicado em <http://www.academia.org.br/>, acesso em março de 2007.
- ² O autor agradece a citação e demais informações a Reinaldo de Souza e Silva Cardoso, trineto de Joaquim Norberto.
- ³ Texto extraído da 2ª de uma série de 8 cartas enviadas a Rui Barbosa. In: Silvio Romero. Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira. 3ª ed. Brasília/FUNCEP, 1987; 1ª ed. 1893; 2ª ed. 1979, publicado em http://www.infonet.com.br/direitoeoesia/silvioromero_textos.asp, acesso em março de 2007.
- ⁴ VÉLEZ RODRIGUES, Ricardo; “O homem e a sua obra”, publicado em <http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/romero/introd.htm>, acesso em março de 2007.
- ⁵ ALVES, Ailton; “Cidadão do mundo: uma biografia de Geraldo Halfeld”, Juiz de Fora: Templo, 2005, Epílogo, página 125
- ⁶ RIBEIRO, Darcy; “O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil”, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, Parte III, Capítulo 1, página 179.
- ⁷ ROMERO, Silvio; “História da Literatura Brasileira”, Capítulo V, 1888, publicado em <http://www.academia.org.br/>, acesso em março de 2007.
- ⁸ CARVALHÃO BUESCU, Helena; “Ver demais: o terremoto de 1755 na literatura”, Rio de Janeiro: Revista Convergência Lusíada, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, número 22, 2006, páginas 17 a 40
- ⁹ THEMUDO BARATA, Maria do Rosário; “Portugal e a Europa na Época Moderna” em “História de Portugal”, org. José Tengarrinha, 2ª, edição ver. e ampl., Bauru, SP: EDUSC ; São Paulo, SP: UNESP ; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, página 199.
- ¹⁰ Informações da Fundação Biblioteca Nacional em <http://www.bn.br/site/default.htm>, acesso em março de 2007.
- ¹¹ KINDLEBERGER, Charles; “Manias, Pânico e Crashes: um histórico das crises financeiras”, capítulo 6, Editora Nova Fronteira, 2001, página 127 e tabela no Apêndice B na página 289.
- ¹² TENGARRINHA, José; “Contestação rural e revolução liberal em Portugal” em “História de Portugal”, org. José Tengarrinha, 2ª, edição ver. e ampl., Bauru, SP: EDUSC ; São Paulo, SP: UNESP ; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001, página 272.
- ¹³ HENRIQUES DE BRITO, Marcelo; “Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política”, Capítulo 3, Seção 3.7, Rio de Janeiro: ProbatuS, 2003, página 168.
- ¹⁴ Extraído de “A Portuguesa”, letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil. “A Portuguesa” foi proclamada Hino Nacional de Portugal pela Assembléia Constituinte de 19 de Junho de 1911 com a implantação da República pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.
- ¹⁵ O autor recomenda assistir ao extraordinário programa “A alma e a gente” do Professor José Hermano Saraiva na RTP (que em 2007 comemora 50 anos de televisão) a fim de sentir a densidade da história e das emoções portuguesas.
- ¹⁶ Em <http://fifaworldcup.yahoo.com/06/pt/w/met.html>, informações sobre a seleção portuguesa de futebol, incluindo um vídeo, continuavam sendo divulgadas em março de 2007.
- ¹⁷ MAGALHÃES, José Calvet; “Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal”, São Paulo: Paz e Terra, 1999, páginas 86, 87 e 129.
- ¹⁸ HENRIQUES DE BRITO, Marcelo; “Brava Herança Lusitana”, Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, seção Opinião, 10 de junho 2005, página A-17.

Sobre o Acadêmico Marcelo Henriques de Brito; probatuS@probatuS.com.br



Ph.D. em Engenharia Química pela École Polytechnique Fédérale de Lausanne - Suíça (EPFL); Engenheiro Mecânico graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Administrador graduado pela Universidade Mackenzie (SP); Publicou o livro “Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política” (ISBN 85-89585-01-8), trabalhos científicos e vários artigos na imprensa; Diretor para expansão do Elos Internacional da Comunidade Lusíada, membro do conselho fiscal da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), e sócio da PROBATU S, www.probatuS.com.br.